

## Conferência de encerramento

Tema:

### **As Instituições entre o individualismo e o interesse público – o papel da ética**

(Mediador do painel: Francisco José Borges Motta)

Painelistas:

Lenio Luiz Streck / Renato Janine Ribeiro

---

Renato Janine Ribeiro

Agradeço o convite que me foi transmitido pelo amigo Lenio, com quem é sempre um prazer conversar sobre temas como este. Ao discutir política e ética, é importante colocar algumas oposições que nos sirvam de pontos de referência. Poderíamos começar pela oposição entre instituição e ação, que é uma oposição clássica na teoria política moderna. Dado que vamos falar de instituições e vamos falar de indivíduo, um certo choque pode haver entre a via institucional e a via individual na política. A questão da ação na política surge propriamente com Maquiavel. Pode-se ler *O Príncipe* de muitas maneiras. Mas uma coisa resta que é interessante: o príncipe não tem o roteiro predeterminado de sua ação. A cada instante, ele tem que improvisar sua ação, que inventar coisa nova. Ou seja, a ação se torna relevante na teoria política quando passa a ser inventiva, deixa de ser repetitiva. Vejam: o príncipe medieval sabia exatamente o que tinha que fazer. Tinha que ser um rei bom, que construir templos, mosteiros, proteger a religião, ir a procissões, etc. Isso faria o rei bom. Para os teóricos medievais da política, é assim que ele teria êxito nas suas empresas.

Maquiavel observa que isso jamais ocorreu. Por mais que o príncipe reze, pratique o bem segundo a moral religiosa, mesmo assim o seu sucesso ou fracasso nos seus empreendimentos não depende dessas ações, mas de algo mais

difícil de determinar. Maquiavel dirá assim que metade das nossas ações é determinada pela fortuna, pelo acaso, pela sorte boa ou má, pela fortuna ou infortúnio. E a outra metade das nossas ações é determinada pela *virtù*, que seria a ação humana propriamente deliberada, a ação humana planejada e que tem êxito, mas talvez em metade apenas dos casos.

E *O Príncipe* trata basicamente desse ponto, muito mais do que da questão, que aqui não nos interessa, da moralidade ou não do governante. Vocês vejam então a fantástica emancipação da ação do governante em face dos constrangimentos, das determinações, dos preceitos medievais. Onde havia um roteiro de ação basicamente religioso, passamos a ter um espaço de invenção. Maquiavel pode até dizer: o príncipe deve fazer o bem sempre que possível e o mal quando necessário, ou seja, o mal é exceção. Mas no momento em que diz que o roteiro predeterminado não serve mais, ele sugere que o governante vai ter que inventar ações. Isso estabelece o caminho para esse personagem, que nós podemos chamar hoje: o estadista, o político criativo, o líder. Todos eles só podem vir dessa capacidade de invenção.

Eu estava até pensando que lista podemos fazer de políticos assim inventivos. Temos políticos que souberam num determinado momento fazer uma revolução, que souberam tomar uma situação engessada e mudá-la. É o caso de Lênin, quando volta do exílio suíço para a Rússia e concebe as formas de levar a cabo a revolução bolchevista: ele está procurando essas falhas no sistema que, bem exploradas, levarão a seu sucesso.

Para lembrar um político totalmente oposto, Nixon, quando decide estabelecer relações com a China, que durante décadas tinha sido o vilão absoluto no imaginário político norte-americano, também tem que dar mostras de uma inventividade grande. O mesmo vale para Sadat, quando se dispõe a fazer a paz com Israel. O político é particularmente criativo quando consegue sair do script. Mandela é um dos casos mais felizes disto. Dele se podia esperar que comandasse a expulsão dos brancos da África do Sul. Os brancos tinham feito por merecer isso, mas ele seguiu outro rumo, um rumo que fez dele um ídolo pop mundial.

Essa é a política da ação, diferente de outro tipo de política, que vai se definir e ter sua teoria bem depois de Maquiavel, que é a política das instituições. Esta dá o primado não mais à inventividade individual, por exemplo ao líder, mas a estruturas que canalizam e enquadram a ação. Há isso em Hobbes, em Espinoza, mas creio que quem melhor exprime isso é Bernard Mandeville, autor da *Fábula das Abelhas*. O que ele disse? Resumindo: a questão é como fazer que as ações humanas, mesmo movidas pelo egoísmo, que na verdade é seu grande motor muito mais que a bondade, tragam resultados sociais positivos.

Como chegar a isto? Não dá para apostar no que é raro, a bondade. Tanto Maquiavel quanto Mandeville são contrários a uma política baseada nela, baseada nas virtudes cristãs, porque ambos acham que tal política dá errado. A maior parte das pessoas não vai agir assim, então não é uma política bem-sucedida. Só que Mandeville não pensa isso do ponto de vista só do ator esplêndido, fantástico, hipercapaz que seria o príncipe. Pensa isso do ponto de vista das instituições. Nem a qualidade moral dos medievais, nem a competência de um príncipe com extrema virtude o convencem como plausíveis. O que podemos fazer, então? Devemos fazer que a ganância, por exemplo, que as religiões condenam como sendo um vício, se torne algo positivo. Se eu transformar a ganância em espírito de iniciativa empresarial ou empreendedor, ela passa a ser positiva. O que necessito para isso? Necessito de um quadro institucional que faça que, quando eu persigo a vantagem pessoal, em vez de causar danos aos outros lhes cause vantagens. Se todos nós quisermos ganhar o máximo de dinheiro possível, isso pode ser predação, destruição, quase a guerra de todos contra todos, de Hobbes. Mas, se tivermos um sistema bem azeitado em que para ganhar mais eu tenho que produzir produtos melhores e mais baratos que os concorrentes, o fato de eu ser movido pela ganância deixa de ser negativo.

Vocês veem que aí está o caminho que vai ser muito bem trilhado pela economia capitalista, sobretudo quando se fala que seu impulso é o “instinto animal” do empresário, quando se diz que seu objetivo é o lucro, não o bem. Só que, para evitar que o empresário seja um bandido, tem que se regular essa iniciativa. Certas coisas o empresário não pode fazer. Não pode explorar o empregado até a morte, não pode vender produtos venenosos, tem de controlar a qualidade dos produtos. Mas essa é uma batalha constante, porque a lógica empresarial poderia encaminhar justamente esse lado destrutivo.

Temos assim duas formas de pensar política que decidem os 500 anos de modernidade que temos no bolso, a segunda metade do segundo milênio da era comum. Há espaço para as duas. A ação política vai ser destacada quando uma invenção, uma criatividade é necessária, quando se tem que sair de um bloqueio. Vivemos isso nas últimas décadas no Brasil, na luta contra a Ditadura, na superação da inflação, na introdução da inclusão social como política de Estado executada em larga escala. Então, mais ou menos a cada 10 anos dos últimos 30, a saber, em 1985, 1994 e 2003 precisamos ter dirigentes que fossem capazes de liderar essas mudanças, que por isso mesmo se destacaram em relação ao comum, enfim, à planície política. Mas ao mesmo tempo precisamos ter instituições que nos dispensem da necessidade do gênio, do líder, do herói. A política normal não se conduz com gênios, líderes ou heróis, eles são raros. Tivemos dois presidentes sucessivos de alta qualidade, Fernando Henrique e Lula, muito capazes de comunicar e criar. Quando chegou a sucessão de 2010, estava

claro que agora disputavam a cadeira presidencial pessoas com perfil mais de gerente do que o de líder. Ganhou uma pessoa com perfil de gerente, perdeu o seu principal concorrente também com perfil de gerente, mas nenhum dos dois seria líder no sentido dos presidentes que mencionei. Aliás, podemos e devemos esperar que a política se conduza mesmo sem políticos capazes de desatar laços fundamentais, mesmo sem líderes de primeira.

De certa forma o que nós precisamos na política é de uma institucionalização maior, ou seja, precisamos de um sistema que torne mais ou menos desnecessário o grande líder, na linha da frase famosa de Brecht: “infeliz a terra que precisa de heróis”. Não devemos ter a necessidade constante de algum salvador da pátria. Vejam que essa demanda de salvador da pátria, felizmente, diminuiu sensivelmente nas últimas décadas. Essa esperança messiânica era enorme quando caiu a ditadura, tanto que em 1989 foi eleito alguém que pretendia ocupar esse papel. Esse salvador da pátria era uma farsa, tanto que foi destituído 3 anos depois num processo de impeachment, acusado justamente das coisas que ele foi eleito para coibir. Foi eleito como inimigo da corrupção e sofreu o impeachment porque foi considerado que seria corrupto. Gradualmente, confiar nosso destino a um líder, a um salvador, a um príncipe que teria sua melhor expressão no sebastianismo foi ficando para segundo plano. Hoje estamos diante de uma eleição na qual de uma coisa podemos ter certeza: nenhum dos candidatos tem carisma, nenhum tem a posição de estadista, e nada disso é mau, porque jogam as instituições.

O jogo das instituições dispensa o heroísmo; quando Mandeville diz: vamos apostar no egoísmo, na ganância, ele quer dizer: vamos abrir mão da abnegação, não temos que fazer política com base na abnegação, a renúncia a si próprio. E pouco depois Montesquieu, escrevendo o *Espírito das Leis*, dirá: a república, regime da antiguidade, impossível em nossos dias, se baseia na virtude que é abnegação, na capacidade de uma pessoa a renunciar a seus interesses próprios. Esse enterro da república será resolvido em poucas décadas, quando surgirem as repúblicas modernas, deixando claro que é das antigas que falava Montesquieu. A república moderna substituirá a virtude antiga, que a tornava impossível numa sociedade capitalista movida ao lucro, pela própria ganância devidamente administrada: vícios privados, benefícios públicos.

O projeto republicano é um ideal, mas um ideal difícil, ainda mais em nossa sociedade. A iconografia sobre a república romana está muito bem expressa no quadro de Davi que o pintor francês faz em 1789, às vésperas da Revolução Francesa, que mostra o cônsul Brutus, de Roma antiga, recebendo os cadáveres dos dois filhos que ele mandou executar por traição à república. As mulheres no fundo se descabelando, chorando pela execução dos filhos e irmãos – e Brutus calado, manifestando uma tristeza infinita, sabendo que ele literalmente cortou

na própria carne. O homem, o varão, o cidadão sabe que o bem comum está à frente dos interesses e afetos privados. Se a mulher não é cidadã, é porque ela não sabe ir além do mundo doméstico, do mundo em que o amor ao sangue supera a lealdade à cidade.

Agora comparem essa história com uma soviética: no final da década de 1920, durante a grande fome gerada pelas políticas de Stálin, um menino chamado Pavel Morozov ouviu o pai contando à mãe que escondeu sacos de cereais para a família comer. Ele então ele denuncia o próprio pai à polícia. O pai é deportado para a Sibéria e não se sabe mais dele, certamente morreu. Pouco depois, o menino é assassinado por algum parente. O menino era um bobo, novinho, acreditou na lavagem cerebral operada pelo poder ditatorial. Ora, mas então ele se torna o símbolo da Juventude Comunista. Para completar, em 1991, quando há a tentativa de golpe comunista contra Gorbachev, derrotada nas ruas, a multidão que defende o governo, já de certa forma ex-comunista, o que faz? Ela invade o parque Morozov, em Moscou, e derruba a estátua do rapaz.

Vejam que interessante: na república antiga a ideia de fazer o bem comum passar à frente dos próprios laços de sangue, familiares, de afeto era um ideal importante. No nosso período histórico, virou algo odioso, digno apenas dos piores totalitarismos. Um filho que denuncia um pai, mesmo tendo este cometido um crime, é algo que não elogiamos. Podemos em algum caso até respeitar que denuncie o pai, mas somente se este for um megacriminoso. A república moderna é assim menos exigente que a antiga: ela admite que os cidadãos não estejam regidos pela permanente priorização do bem comum. Se vamos ter uma forma republicana, ela não será abnegada como a antiga. Não fará apelo constantemente ao sacrifício dos valores pessoais, dos bens pessoais, dos afetos pessoais. Isso cria um grande desafio quando pensamos na busca do interesse comum, quando pensamos na questão ética. Como fica tudo isso, se estamos tão convencidos de que o mundo privado é mais importante do que o mundo público? A palavra “privado” designa algo menos nobre, viver a vida privada é viver uma vida privada da dimensão pública, uma vida menos. E assim é entendida por nossos referenciais clássicos, os de Atenas e certos períodos de Roma. Não há discussão filosófica da democracia, hoje, que não compare a democracia atual à ateniense, ou a república atual à antiga. E sempre dizendo: a politeia ateniense era mais que a nossa. Somos uma certa decadência.

É verdade que a democracia ateniense excluía muita gente, como as mulheres, os estrangeiros e seus descendentes e os escravos. Mais que isso: comparei os habitantes que Atenas talvez tivesse no século 4º a.C., por volta de 150 mil. Os cálculos para a população mundial na época, com todas as dificuldades imagináveis, apontam para algo entre 100 e 500 milhões. Teríamos 1 pessoa a cada mil ou 2.000 vivendo na democracia que a gente conhece. Não é um grande

número. Se por acaso o mundo tivesse seguido outro itinerário, por exemplo, se tivesse triunfado a ideia do império do Meio chinês, com o governante que consegue tudo pela mansidão do jardineiro e que procura na Terra a harmonia do cosmos, talvez nem estudássemos, sequer por curiosidade, Atenas e Roma.

Fiz outro levantamento. Verifiquei na Wikipédia a relação dos países do mundo por ordem de população e chequei, por ordem decrescente, os países em que há uma liberdade política razoável, eleições pelo menos um tanto livres, com partido de oposição e imprensa livre. Isso dá, provavelmente, uns 60% da população mundial. Já a revista *The Economist* publica regularmente seu índice democrático. Ele coloca como democracias mais seguras cerca de 35 a 40% da população mundial e outro tanto de democracias inseguras, mas nesse segundo rol ele mistura o Brasil com países que se saem muito pior do que o nosso país. Daí que, desagregando as democracias inseguras entre democracias mais ou menos seguras, e outras que são realmente frágeis, podemos chegar perto dos mesmos 60% da população mundial vivendo num regime de liberdade. Quer dizer que passamos de menos de 0,1% para perto de 60%: é um salto de 600 vezes ou mais.

Ora, dificilmente você avança tanto mantendo o mesmo nível de exigência. Nessa situação de êxito, com a maior parte da população mundial vivendo em regime democrático, este não se pode fundar mais no princípio da renúncia a seu próprio interesse, na abnegação pela coisa comum. Se pensarmos na ética, dentro de uma sociedade democrática e republicana, veremos que dificilmente será uma ética que sacrifique os interesses. O que passamos a ter, e que Benjamin Constant capta muito bem em seu discurso de 1819, sobre “A liberdade dos antigos comparada com a dos modernos”, é a primazia da vida privada sobre a pública.

Para o ateniense a vida pública era o que contava: bom mesmo era poder sair à rua, conversar com as pessoas, discutir a coisa pública. Para fazer isso, ele precisava ter uma mão de obra escrava que o sustentasse. Essa população que hoje chamaríamos de classe média, que não era pouca gente, que podia discutir a coisa pública era inferior em número às pessoas que lhe davam sustentação a isso e não tinham cidadania.

Em nossa sociedade avança a igualdade e diminui o trabalho escravo. Mudou a natureza do trabalho a tal ponto que não se lida mais com o trabalho cativo, compulsório, forçado. Faço um parêntese: lembro uma gravura antiga das Minas Gerais, que mostra soldados acompanhando negros ou presos que levam um balde com as fezes da cadeia até o rio mais próximo. É um trabalho certamente muito desagradável. Não basta colocar presos ou escravos para fazê-lo: é preciso gente armada para garantir que façam isso mesmo. Mas o trabalho até 1800, até a invenção das máquinas, é em larga medida manual e muito sofrido. Praticamente toda a energia que havia no mundo até 200 anos atrás provi-

nha do esforço físico de grandes mamíferos, humanos ou não humanos. As exceções eram moinhos de vento e de água. Hoje as outras formas de energia sobrepujam de muito longe a energia física, tanto que ela sobra e nos damos ao luxo de gastá-la na academia, num uso puramente lúdico. Imaginem se 200 anos atrás se poderia desperdiçar essa energia. Com isso o trabalho se torna mais suave, mesmo o manual. Mas tínhamos uma ruptura radical entre o mundo do trabalho manual, em que as pessoas eram coagidas a trabalhar pela força, pelo grilhão, pela arma, pela ameaça de amputação, de morte – e o das pessoas livres do trabalho manual, que podem participar da discussão pública, tendo a vida do ócio, no sentido bom que tinha antigamente, como vida contemplativa, vida pela filosofia. Tal separação perdeu muito do seu sentido.

Em nossa sociedade a igualdade avança, a demanda por igualdade parece hoje uma demanda irrefreável – e esse é o lado bom que Tocqueville percebe já no século XIX e que continuamos vendo com essa grande inclusão social. Ao mesmo tempo que cresce a demanda por igualdade reduz-se o encanto da vida pública. Passa a ser mais importante a vida privada, que é onde ganhamos o dinheiro e onde também vivemos as relações de afeto. As relações de afeto cada vez mais se deslocam para o mundo privado, o mundo do casal, das amizades, das relações, mesmo que efêmeras. Essa priorização do mundo privado faz que o interesse, o egoísmo, a busca da vantagem pessoal prevaleçam sobre a busca do coletivo. Nisso tudo, o elemento ético fica em risco. Mas não dá para dizer que antigamente as coisas fossem melhores – porque antes tínhamos, por exemplo, a reserva da vida pública a muito pouca gente, quando hoje cabe a multidões. Tornou-se difícil discutir o direito se ele não for universal.

O que torna tão esquisita a política norte americana? É que os Estados Unidos partem da ideia de que são a nação eleita, a nação que tem a melhor política do mundo. Você liga a televisão no *Law & Order* e aparece uma imigrante dizendo: “escolhi vir para a América [sic] porque na América [sic, sic] há mais oportunidades, mais liberdades”. Os norte-americanos gostam de citar estrangeiros que endossem sua ideia fortíssima de singularidade, de caráter único de um país – o que é muito esquisito, num mundo em que a igualdade se torna tão importante. Por que eles teriam o direito de tutela sobre o resto do mundo? Por que teriam eles a missão de difundir a democracia ou a liberdade pelo resto do mundo? Mesmo que conseguissem fazer isso direito – e não conseguem, como se vê no admirável *O americano tranquilo* de Graham Greene – pois acabam fazendo mais mal do que bem, a despeito de suas boas intenções, ainda assim há uma falha básica nessa meta deles: é não se darem conta de que a igualdade avança entre os indivíduos, entre as nações.

Procuramos concluir. Estamos diante de formas políticas que foram testadas ao longo dos séculos, que estabeleceram um certo êxito da ação política, apelando para aquilo em nós que não é moral, mas egoísmo, mas sempre buscando enquadrar esse egoísmo, esse mal, para que não cause resultados ruins. Para Maquiavel, praticar o mal se justifica quando o resultado é bom. Não há uma opção pelo mal. A opção é por produzir um bem coletivo. Se para tanto temos de produzir males localizados, mesmo assim o resultado é positivo, segundo Maquiavel. Já Mandeville vê as instituições como o caminho para que a livre concorrência melhore a economia. Daí, como diz, vícios privados, benefícios públicos. Temos em ambos um caminho que produz o bem, mas não o bem no sentido moral. É um bem que salva vidas, melhora a saúde, melhora a alimentação.

Quer isso dizer que as pessoas se tornaram melhores moralmente, do ponto de vista dos valores? Não. Mas não há vida social sem essa dosagem de mal e bem, de males e bens, em que essas palavras, por sinal, se espalham por seus vários sentidos. “Mal” pode ser o mal moral, mas pode ser uma dor física ou um sofrimento físico ou, ainda, simplesmente prejuízos, como fica evidente em especial quando usamos a palavra no plural – “os males”. Já “bem” pode ser o bem moral, mas também pode ser o bem-estar, as vantagens de uma determinada situação e até mesmo a propriedade.

Assim, quando relacionamos a organização da sociedade, a organização da política e a questão ética, é difícil chegar a conclusões cabais. Temos que efetuar um monitoramento constante e fino de tudo isso. Aliás, é por isso que a vida humana, em especial a social e a política, exige uma verdadeira arte do estadista. Se a questão fosse apenas aplicar receitas prontas, provavelmente seríamos máquinas, não seres humanos. E isto que expus pode ser ilustrado por uma teoria conhecida do Max Weber, que foi a referência teórica mais citada por Fernando Henrique Cardoso em seu governo. Eu me refiro à discussão sobre a ética da responsabilidade e a ética de princípios. Basicamente, o que dizia Fernando Henrique era: o homem político tem que pensar nas consequências dos seus atos. Sua ética é mais a da consequência que a dos princípios. Por hipótese, o indivíduo privado pode se basear apenas em valores (eu não concordo que alguém faça isso; mas já chego a este ponto). Já o governante, ele não se pode dar este luxo. Ele precisa gerar resultados. Aliás, quando seu governo criou o Proer, um programa de socorro a bancos em crise, foi criticadíssimo pelo aporte de recursos públicos a eles, mas a resposta era esta: vamos deixar quebrar todo o sistema? Para o País, vai ser mais caro. É bonito fazer isso? Não. Mas qual a alternativa? E esse é um exemplo do que significa pensar no efeito, bom ou mau (sempre nos sentidos tanto moral quanto de vantagem), das decisões adotadas.

Por que não concordo com o ex-presidente, quanto ao indivíduo privado ser mais pautado pela ética de princípios? A tese de FHC é certamente que ele pode tomar decisões com menos consequências. Mas o problema é que praticamente todas as decisões minimamente relevantes que tomamos têm consequências. O indivíduo privado, que se permite condenar o Proer de um partido e as políticas de outro, quando não pensa nas consequências, é muito consequencialista quando ouve um desaforo do patrão, e em vez de responder ou revidar pensa no salário que vai perder, no mercado de trabalho que pode estar desaquecido, no filho que precisa de escola e comida. E na verdade, se ele responder como sua dignidade lhe ordena, aí mesmo ele poderá – paradoxalmente – faltar com a ética, se com isso puser em risco a saúde ou mesmo a sobrevivência de seu filho. Na verdade, agimos constantemente como políticos. A ética da responsabilidade, que é uma ética maquiaveliana sem as cores escuras, é praticada por nós com muita frequência. Nas questões importantes, dificilmente alguém foge dela. (E, se a ética de princípios ficar para as questões menos importantes, que importância tem ela então para nós?).

Este balde de água fria com que encerro a conferência, o que pretende? Primeiro, fugir do lugar-comum das pessoas que se proclamam éticas, querendo se referir a uma ética antimaquiaveliana ou, nas palavras de Weber, de princípios – quando na prática agem parecido com os políticos. É o que faziam os reis medievais mais bem-sucedidos, enquanto afirmavam ser bons, justos, morais: Maquiavel estudou sua prática e mostrou que ela era diferente de sua teoria. A prática do mal menor era mais inteligente do que a doutrina do bem em todas as coisas. Então, nosso primeiro ponto deve ser: ver as coisas como realmente se dão, evitando a mentira. Curiosamente, ou não, quem alega defender a ética pode mentir muito.

Segundo, deixar claro que ética é sempre questão de escolhas. Não há o caminho fácil. Isso porque ser ético é custoso, é caro – mas também porque exige reflexão e pensamento. São dois aspectos da mesma questão. Quem age eticamente sofre prejuízos materiais. Devolve o troco que recebeu a mais, não foge de sua responsabilidade quando causa danos a outros, não frauda nos negócios. Mas também, para agir eticamente, o sujeito moral tem que pensar. Diante do insulto do patrão, é fácil adotar a saída de dar-lhe um soco na cara – ou a de fingir que não ouviu. O mais difícil é medir os vários elementos que estão em jogo – sua própria dignidade, a busca de um novo emprego, a responsabilidade com o filho pequeno. E notem que a responsabilidade desse empregado que mede os resultados do que ele fizer existe, justamente, em relação aos outros – o cônjuge e os filhos. Se ele pedir demissão no ato e, ele sozinho, entrar em crise financeira, esse é o custo – justo – de ter agido eticamente. Aqui ele pode seguir os princípios. Mas, se seu ato tiver efeitos para pessoas com

quem ele contratou relacionar-se (o cônjuge) ou para gente que depende dele (os filhos menores), a situação dele se torna praticamente a do político. Fazemos mais política do que imaginamos. E é justamente por isso que devemos levar a sério a ética. E ninguém levará a sério a ética, se não levar muito a sério as lições de Maquiavel e, por que não acrescentar, Mandeville.

Faz parte da discussão ética ser interminável. Acabo de indicar que em nosso tempo a dimensão individual foi contagiada pela política. Poderia desenvolver como as fronteiras do público e do privado, visíveis para Maquiavel, se foram desfazendo. Poderia desenvolver a crítica à ideia de que cada um de nós como indivíduo seria o castelo da moral, enquanto o homem político faria concessões para trazer resultados mais positivos. O assunto é inesgotável. Mas em algum momento se tem que parar. Um bom critério é seguir o relógio.

De novo, muito obrigado.







